

Importância do tema

Caro Cursista,
bem-vindo a um item muito importante de seu curso.

Entender bem a diferença entre medidas de proteção e medidas socioeducativas permite:

- a) compreender uma importante diferença entre a doutrina da situação irregular e a doutrina da proteção integral;
- b) compreender um dos traços mais essenciais da medida socioeducativa;
- c) reconhecer situações de uso inadequado do sistema socioeducativo;
- d) evitar práticas discriminatórias de criminalização da pobreza (penalização das pessoas por serem pobres);

Para alcançar esse entendimento temos de:

- a) refletir um pouco sobre visão de criança ao longo da história e sobre os modelos de intervenção acionados **quando pessoas dessa faixa etária. sofrem violação em seus próprios direitos ou quando elas próprias violam, cometendo um ato infracional, o direito outras pessoas.**
- b) pensar a posição da legislação nacional nessa evolução histórica.
- c) examinar, a partir da teoria e das regras do ECA, as grandes distinções entre medida de proteção e medida socioeducativa.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Distinções iniciais

Medida de proteção é aplicada quando uma criança ou adolescente está em situação de violação ou ameaça de violação de seus direitos.

Medida socioeducativa é aplicada quando um adolescente pratica ato infracional, que é conduta descrita em lei como crime ou contravenção.

José tem 14 anos e furtou um celular. Furto é crime, logo José deve receber medida socioeducativa.

Carlos quer estudar, mas não há vaga para ele em escola perto de sua residência. A Carlos deve ser aplicada medida de proteção porque está com seu direito à educação violado.

Um adolescente que infraciona pode também estar em uma situação de violação de direitos. Em muitos casos essa situação de violação de direitos é um fator importante que o levou a infracionar.

Nesse caso as coisas podem se complicar um pouco:

- a) afinal, a medida socioeducativa, pretendendo a ressocialização do adolescente, sua promoção social, sua educação, não tem como objetivo combater os fatores que levam o adolescente a infracionar?
- b) se esses fatores que levam o adolescente a infracionar forem o resultado de uma situação de violação de direito, os propósitos da medida socioeducativa não seriam iguais aos da medida de proteção, ou seja, restaurar o direito violado?
- c) assim, com base em qual critério podemos distinguir, em todos os casos, as medidas socioeducativas das medidas de proteção?

Para respondermos a esta pergunta temos de voltar um pouco no tempo.

um pouco de história

Embora alguns autores divirjam (ver, a propósito, o módulo I, item 1 e [este texto](#)) até o século XIX a sociedade ocidental não distinguia bem criança de adulto. A criança saía de uma situação de dependência total (primeira infância) e logo já era tratada como adulto. Supunha-se que por volta dos sete anos atingiam a idade da razão, passando a entender o que faziam e agir conforme sua razão.

Assim, quando cometiam crime, recebiam a mesma pena do adulto. Era o modelo penal indiferenciado.

A partir da segunda metade do século XIX a criança passa a ser vista como ser incompleto e por isso incapaz. Se não consegue entender o que faz, não pode ser punida como um adulto. Mas essa falta de entendimento a torna perigosa, imprevisível, não sabe medir seus atos, perigo que se agrava se ela não tiver uma família atenciosa ou se ela não frequentar escola, espaços que servem para socializar a criança e adaptá-la à vida social.

Para dar conta dessa impossibilidade de ser punida mas também da necessidade de ser controlada porque pode se tornar perigosa, foi criado e desenvolvido o modelo de justiça juvenil conhecido como modelo tutelar, ou modelo da situação irregular, que vigorou nos países ocidentais (EUA, Europa e América Latina) do início do século XX até o final da década de 1980.

Nesse modelo, as medidas, tanto para o infrator quanto para o não infrator, não têm diferenças importantes entre si. Elas tem a mesma função: servem para tirar o adolescente da "irregularidade", irregularidade revelada pela prática de uma infração ou pela provável prática futura de uma infração dadas as condições em que vive.

Era esse o modelo do Código de Menores. Tratava de forma semelhante os que tinham direito violado e aqueles que violavam direitos de outras pessoas cometendo crimes. E tudo era feito em nome da prevenção e da proteção.

Ao longo do século XX essa idéia de criança e adolescente como ser plenamente incapaz foi revista. Elas passaram a ser vistas como pessoas em desenvolvimento, dotadas de autonomia progressiva, nem totalmente incapazes, mas também não iguais aos adultos. Também ao longo desse período crianças e adolescentes são reconhecidos como sujeito de direitos e, nessa leitura, percebeu-se que muitas medidas aplicadas sob pretexto de proteção **na verdade importavam sempre numa limitação** séria de seus direitos, sendo visível seu caráter sancionatório de muitas das medidas destinadas a tirá-los da "irregularidade".

A partir daí (autonomia progressiva e caráter sancionatório das medidas) foi possível ver adolescentes como pessoas que podem e devem ser responsabilizadas por seus atos criminosos. E percebe-se a injustiça de tratar de forma repressiva quem na verdade precisa de atenção do estado, de quem precisa ser compensado pela violação de direitos sofridas desde pequeno. Enfim, nesse novo quadro, chega-se ao final do século XX com certeza de que **não se pode tratar pela mesma via o infrator e o aquele que teve seus direitos violados**.

O paradigma da proteção integral e o ECA

Inspirado na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, o ECA separa as vias de intervenção (medidas protetivas e medida socioeducativa). Com isso,

- a) fica claro que a medida socioeducativa tem como traço principal e distintivo da medida de proteção ou de qualquer ação puramente socio-assistencial-pedagógica sua tônica de **responsabilização do adolescente autor de ato infracional**.
- b) fica clara também a diferença quanto ao grau de coercitividade (imposição à força) entre medida socioeducativa e medida de proteção. Responsabilizar significa impor ao responsabilizado um dever, uma obrigação a ser cumprida em resposta à prática de um ato proibido. Um dever é algo a que ninguém pode renunciar. De direitos, podemos abrir mão, de deveres, não (ou será, cursista, que você pode abrir mão de suas dívidas?). Assim, a medida socioeducativa, por assumir essa feição de **dever**, deve ser cumprida queira ou não o adolescente. O dever é imposto e se o adolescente não cumpri-lo, vai sofrer as consequências, que podem chegar à privação de liberdade por até três meses.
- c) não se responsabiliza alguém por sua condição, mas sobretudo pelo ato, pela conduta desconforme à lei que praticou. Essa ênfase no fato e não na condição social e familiar do infrator previne a perversa criminalização da pobreza ou o encarceramento por causa da exclusão social.
- d) nesse panorama, a medida de proteção surge como estratégia de restauração de direito, um direito a fazer valer o próprio direito violado. O dever, aqui, não é da criança ou do adolescente, é do Estado, ou da família, de providenciar todo o necessário para garantir o direito. Quando as medidas de proteção são dirigidas a crianças e adolescentes, seu descumprimento não gera qualquer sanção. Quando dirigidas ao Estado ou aos familiares (incluindo aí as medidas pertinentes aos pais ou responsáveis), seu descumprimento pode acarretar a aplicação de multa (sanção administrativa), sem prejuízo de outras medidas.
- e) esta característica de dever, de coercitividade, limitação de direitos da medida socioeducativa obriga que sua aplicação seja antecedida do pleno respeito ao direito de defesa por parte de seu destinatário, o adolescente, algo que se garante apenas por meio de um processo judicial. Já a característica de restauração de direitos, de proteção de direitos que tem a medida de proteção, permite que a instância principal de sua aplicação seja não o Judiciário, mas sim o Conselho Tutelar.

confusão de vias - distorções

Confusão de vias: sempre que uma medida de proteção é aplicada com finalidade de responsabilização, de punição, e sempre que uma medida socioeducativa é justificada a pretexto de proteção estamos diante de distorções graves do sistema de **vias distintas** como o nosso.

Alguns exemplos.

São muitos os casos em que os juízes aplicam medida socioeducativa mais severa, sobretudo de internação, mesmo diante de atos não tão graves, dizendo tratar-se de oportunidade para garantir ao adolescente um tratamento antidrogas, o acesso à escolarização e profissionalização, a atenção de um psicólogo, etc.

Em outros casos, a medida de semiliberdade é aplicada para adolescentes em situação de rua sob o argumento de que, por meio dela, terão comida para comer e um teto onde morar. Vivessem com a família, receberiam liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade.

Há situações em que a medida de liberdade assistida é prorrogada exclusivamente porque no período inicial de seis meses não foi possível matricular o adolescente na escola ou encaminhá-lo a curso profissionalizante.

Em outros casos também vemos medidas de proteção sendo aplicadas como forma de sanção.

Há relatos de crianças infratoras ou desobedientes que são tiradas de suas famílias e encaminhadas para abrigo como forma clara de responsabilização pela má conduta.

Há notícias de adolescentes autores de ato infracional que recebem medida protetiva de requisição de tratamento psiquiátrico em regime de internação médica e são, por força de tal medida, obrigados a assim permanecerem, custodiados, indeterminadamente.

Idéias mais importantes

Para chegar aqui, cursista, você se inteirou de que:

- a) medida socioeducativa é medida voltada à responsabilização do adolescente autor de ato infracional, ou seja, de adolescente que violou direitos de terceiros praticando crime
- b) medida de proteção é medida voltada a garantir, restaurar e proteger crianças e adolescentes que tiveram ou têm seus direitos ameaçados ou violados.
- c) não se aplica medida de proteção para responsabilizar autores de crime, nem se deve aplicar medida socioeducativa com o objetivo de restaurar eventuais direitos do infrator que tenham sido violados.
- d) Isso não significa que durante a medida socioeducativa não se deva tomar providências para defesa de direitos dos adolescentes a ela submetidos. Todos os adolescentes que têm seus direitos violados, infratores ou não, tem direito a ações do Estado voltadas a protegê-los e restaurá-los. O que não é possível é aplicar ou manter medida socioeducativa **com a finalidade de** garantir direitos de adolescentes.
- e) a medida de proteção não é imposta contra a vontade do adolescente que teve seu direito violado. A medida socioeducativa é imposta - e seu cumprimento é cobrado - mesmo contra a vontade do adolescente autor de ato infracional. Daí porque o adolescente tem direito de se defender da aplicação da medida socioeducativa.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Saiba mais

Para um entendimento mais aprofundado dessa questão, sugere-se, ao cursista que leia o artigo de Jaime Couso Salas, *Problemas teóricos y prácticos del principio de separación de medidas y programas. Entre la vía penal-juvenil y la vía de protección especial de derechos*, na revista *Justicia Y Derechos del Niño*, n. 1, pag. 79/104 traduzido pelo UNICEF ao português (clique [aqui](#) para ter acesso ao texto)

Também a propósito, em português, consultar MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos. Barueri, Manole, 2003.**

Para se alcançar a clareza de que as medidas socioeducativas não podem ser vistas como medidas aplicadas a favor dos adolescentes (em seu bem, em sua proteção), leia-se o texto de Antonio Fernando do Amaral e Silva (clicando [aqui](#)), deixando claro que, por mais que se queira humanizar e qualificar a execução da medida socioeducativa, ela nunca deixará de significar, para o adolescente, uma providência de caráter afritivo.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte